

MEDIDA CAUTELAR EM MANDADO DE SEGURANÇA 38.304 DISTRITO FEDERAL

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
IMPTE.(S)	: RODRIGO FELINTO IBARRA EPITÁCIO MAIA
ADV.(A/S)	: GUSTAVO BINENBOJM
ADV.(A/S)	: ANDRE RODRIGUES CYRINO
ADV.(A/S)	: FILIPE SEIXO DE FIGUEIREDO
ADV.(A/S)	: RAFAELA COUTINHO CANETTI
IMPDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
IMPDO.(A/S)	: MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

MANDADO DE SEGURANÇA. CÂMARA DOS DEPUTADOS. ATO DA MESA Nº 212, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2021, QUE PERMITIU A VOTAÇÃO REMOTA DE DEPUTADOS FEDERAIS EM MISSÃO OFICIAL NO EXTERIOR. ATO DE CARÁTER NORMATIVO. SÚMULA 266/STF. MODALIDADE E RITO DE VOTAÇÃO ADOTADO PELA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. PEC Nº 23/2021. SUBMISSÃO AO PLENÁRIO DAQUELA CASA DE EMENDA AGLUTINATIVA SUBSTITUTIVA, QUE RESULTOU APROVADA EM PRIMEIRO TURNO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO ART. 7º, III, DA LEI 12.016/2009. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR.

1. O mandado de segurança, individual ou coletivo, pressupõe a indicação de ato concreto, ilegal ou abusivo, suscetível de provocar lesão ou ameaça de lesão a direito. Incabível, nessa perspectiva, utilizar a ação mandamental como sucedâneo de ação direta de inconstitucionalidade, vale dizer,

MS 38304 MC / DF

com a finalidade de deflagrar fiscalização abstrata de validade constitucional de ato normativo revestido de caráter impessoal, geral e abstrato. **Súmula 266/STF.**

2. A análise judicial de atos legislativos na via mandamental, sob o prisma de alegado direito público subjetivo do parlamentar ao devido processo legislativo, impõe necessidade de respeito à separação dos Poderes e à salvaguarda das prerrogativas referentes à organização dos trabalhos próprios do Legislativo, o que se encontra traduzido na vedação ao exame judicial de matéria *interna corporis*. Precedentes.

3. Não configurados os requisitos da plausibilidade jurídica do pedido e do *periculum in mora*, pois a análise da impugnação, em juízo deliberatório, além de encontrar obstáculo na Súmula 266/STF, parece configurar hipótese de controvérsia de índole *interna corporis*, insuscetível de análise por meio da via do mandado de segurança.

4. Pedido de medida liminar **indeferido**.

Vistos etc.

1. Trata de mandado de segurança, com pedido de medida liminar, impetrado por Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia contra atos do Presidente da Câmara dos Deputados e da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, que, segundo sustenta o impetrante, teriam propiciado, em ofensa ao devido processo legislativo, a aprovação, em primeiro turno, na 130ª Sessão Extraordinário do Plenário daquela Casa, iniciada em 03 de

MS 38304 MC / DF

novembro de 2021, da PEC nº 23/2021, na forma da Emenda Aglutinativa Substitutiva Global nº1.

2. Os atos questionados foram assim objetivamente especificados na impetração (inicial, fls. 6-7):

“(i) o Ato da Mesa nº 212 (Doc. Anexo), que possibilitou que parlamentares em missão pudessem participar de deliberações daquela Casa legislativa, dispensando-os de realizar o registro biométrico e possibilitando a sua participação nas sessões pelo aplicativo digital ‘Infoleg’; e

(ii) a sucessão de atos procedimentais praticados no último dia 3 de novembro para fins de aprovação da emenda aglutinativa (*rectius*: modificativa) que culminou na aprovação da PEC nº 23/2021 na 130ª Sessão Extraordinária do Plenário da Câmara dos Deputados (cf. Docs. Anexos).”

3. O impetrante sustenta que a edição do Ato da Mesa nº 212, de 03 de novembro de 2021, importou em desvio de finalidade e em ofensa ao princípios da moralidade e da isonomia. Invoca, em abono dessas teses, os arts. 1º, 5º, LIV, e 37, 55, III, e 60, § 2º, da Magna Carta, bem como os arts. 186 e 187 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Consigna (inaugural, fls. 22-23):

“A verdade é que, ao permitir a publicação repentina do ‘Ato da Mesa nº 212’ de 03/11/2021 e a colheita de votos de deputados afastados do exercício da função legislativa, houve evidente abuso de poder por parte do Presidente da Câmara dos Deputados, que se valeu daquele artifício para alavancar uma PEC utilizada como manobra política para fins de reeleição do atual governo nas campanhas de 2022, para além de burla ao processo legislativo e desrespeito ao interesse público que motivou o afastamento.

O debate em torno de propostas que alterem a Constituição deve resguardar serenidade suficiente para que se propicie um verdadeiro debate em um ambiente democrático,

MS 38304 MC / DF

que reflita a relevância que se cuida a alteração do texto constitucional.

Em complemento, o art. 56 da Constituição prevê que o Deputado ou Senador não perderá seu mandato em determinadas hipóteses de afastamento do cargo, tais como a licença por motivo de doença ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular (o que, a depender do caso, enseja a convocação de suplente para preencher a vaga em aberto); da mesma forma, nos termos do art. 55, III, da CRFB, o Deputado ou Senador também não perderão seu mandato se, em razão de **licença ou missão** autorizada por uma das Casas Legislativas, deixarem de comparecer *‘à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer’*. O constituinte equiparou os parlamentares em missão aos parlamentares licenciados, que, nessas condições, estão **afastados de seus cargos**, não podendo, portanto, participar do processo legislativo enquanto persistir a licença ou missão.

É dizer: a despeito de a Carta Maior ter atribuído tratamento igualitário para os parlamentares em licença ou missão, a Mesa da Câmara dos Deputados conferiu, momentos antes da votação da PEC nº 23/2021, *‘benesse’* indevida (poder de voto por meio do sistema *‘Infoleg’*) apenas a deputados que se encontravam temporariamente afastados de suas funções ordinárias para representar a República Federativa do Brasil durante a missão diplomática da COP26, na Escócia, a fim de se alcançar o disposto no art. 60, § 2º da CRFB, o que afronta a isonomia e a moralidade que impregnam, como fator legitimador, o processo legislativo.

4. Para demonstrar a influência decisiva do referido Ato da Mesa na aprovação, em primeiro turno, da PEC nº 23/2021, requer, sob a invocação do art. 6º, § 1º, da Lei nº 12.016/2009, sejam as autoridades impetradas notificadas *“a juntar listagem completa dos parlamentares licenciados e/ou no exercício de missão diplomática em 3 de novembro de 2021, e da informação de quais deles votaram pela aprovação da emenda aglutinativa substitutiva (EMA) nº 1”* (peça de ingresso, fl. 9).

MS 38304 MC / DF

5. Defendida, ainda, na impetração, a injuridicidade da aprovação da emenda aglutinativa substitutiva nº 1, uma vez que a referida emenda teria sido apresentada diretamente em Plenário, sem passar por debate prévio no âmbito da Comissão Especial. Pondera a parte impetrante que esse proceder culminou com a introdução de texto inexistente, art. 107-A, § 8º, da emenda aglutinativa em questão, relativo aos precatórios do FUNDEF, sem que fosse observado, quanto ao referido dispositivo, além da necessidade de prévia análise no âmbito da Comissão Especial destinada a analisar a PEC, quorum de apoio de extração constitucional. Aponta ofensa aos arts. 58, § 1º, e 60, I, da Constituição da República; e aos arts. 118, §§ 3º e 4º, e 202, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Argumenta (peça de ingresso, fls. 16-18, destaques no original):

“Veja-se, portanto, que, ao se permitir a deliberação do texto em questão, como se emenda aglutinativa fosse, a d. autoridade coatora violou direito líquido e certo consubstanciado no dever de observar o art. 58, § 1º, e o art. 60, I da CRFB, do qual decorre o RICD, na medida em que o plenário só detém competência para apreciar emenda que tenha recebido, na comissão especial, 171 assinaturas de apoio. Não foi o que se deu.

(...)

É fato que emendas aglutinativas são admitidas em plenário durante a apreciação de uma PEC independentemente do apoio de 1/3 dos deputados individualmente, mas isso se dá **somente quando seu texto encontra suporte em outros textos já regularmente apresentados em momento anterior oportuno, com o quórum devido.** Emendas contendo texto sem suporte são inadmitidas até mesmo na tramitação de medidas provisórias. Quanto mais de propostas de emendas à Constituição. No caso de PECs, a introdução de qualquer matéria nova em plenário sem o quórum de apoio, por qualquer expediente que seja, viola o requisito constitucional de iniciativa – art. 60, I, da Constituição.

MS 38304 MC / DF

Dessa forma, a Emenda Aglutinativa Global apresentada é, na verdade, uma emenda comum, intempestiva (porque em Plenário) e sem o devido quórum constitucional, com ofensa, reitere-se, aos arts. 58 e 60, I da Constituição. **Por isso o ato coator é particularmente grave, pois, se validado, tomará característica de precedente a permitir que matérias novas se insinuem diretamente no Plenário, comprometendo de forma irreversível a transparência do processo legislativo estabelecido pelo legislador constituinte originário em prol da higidez da Lei Maior.**

O ato coator contribui para o clima de verdadeira deterioração institucional, reduzindo à tábula rasa a vontade parlamentar traduzida nas omissões e abrindo espaço para acordos que escaparão ao crivo da opinião pública até o último segundo, quando a matéria já se encontrar em deliberação pelo Plenário. Compromete-se, assim, o aspecto institucional e deliberativo do processo legislativo constitucional.

Foi exatamente isso o que ocorreu com a questão da inclusão dos precatórios do FUNDEF no texto da Emenda Aglutinativa Global **a partir da forjada “Emenda de Redação” n. 4 (Doc. Anexo), que nunca poderia ser denominada emenda redacional, pois não esclareceu qualquer dispositivo anteriormente aprovado pela Comissão Especial.** Em nenhum momento essa matéria foi cogitada, quer no texto principal, quer no substitutivo oferecido perante a Comissão. Ela foi incluída diretamente em Plenário, em razão de uma negociação que apenas ficou transparente para a sociedade no momento da votação. O ato coator importa esconder decisões constitucionais centrais da opinião pública em manifesta ofensa aos princípios da transparência e da moralidade. (...)

6. A par de tais considerações, endereçadas a demonstrar a probabilidade do direito, o impetrante alega que o perigo da demora está *“evidenciado pelo risco flagrante de prosseguimento de tramitação e promulgação da PEC em questão, cujo segundo turno está marcado para a próxima terça-feira, 9 de novembro de 2021”* (exordial, fl. 27).

MS 38304 MC / DF

7. Deduzido, nesse contexto, pedido de medida liminar, para suspender o trâmite legislativo da PEC 23/2021, e, ao final, de concessão da ordem, *“para anular o Ato da Mesa nº 212/2021, bem como os atos ilícitos e inconstitucionais subsequentes relacionados à votação do primeiro turno da PEC 23/2021 na Câmara dos Deputados, e, ainda, de todos os demais atos subsequentes consumados ou futuros, em razão dos vícios incorridos durante o processamento da PEC”* (inaugural, fl. 29).

8. Autos conclusos ao meu gabinete em 07.11.2021, domingo, às 11h01, na mesma data requisitei informações, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, às autoridades impetradas.

9. Hoje, 08.11.2021, às 16h47min, o impetrante requereu a apreciação imediata do pedido de medida liminar formulado na petição inicial, ao fundamento de que *“o Exmo. Sr. Arthur Lira pautou, em sessão deliberativa extraordinária (virtual) marcada para hoje, dia 08.11.2021, às 18h – antes, portanto, do prazo de 24hs determinado por V. Exa. para oferecimento de razões – a deliberação, em segunda votação, da Proposta de Emenda Constitucional nº 23/2021”*.

10. Assinado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a prestação de informações pelas autoridades impetradas, antes do exame do pedido de medida liminar, sobreveio a inclusão da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/2021 em pauta de sessão extraordinária da Câmara dos Deputados marcada para as 18h00 do dia 08.11.2021, quadro a impor a imediata análise do pedido de tutela provisória deduzido.

É o relatório.

Decido.

Legitimidade ativa

11. A jurisprudência desta Casa reconhece com aos parlamentares a titularidade do direito público subjetivo de reivindicar a participação em processo legislativo hígido, assim compreendido o procedimento jurídico-formal de elaboração de espécies normativas desenvolvido em sintonia com a disciplina veiculada na Magna Carta. Nesse sentido

MS 38304 MC / DF

(destaquei):

CONSTITUCIONAL. PODER LEGISLATIVO: ATOS: CONTROLE JUDICIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. PARLAMENTARES.

I. - O Supremo Tribunal Federal admite a legitimidade do parlamentar - e somente do parlamentar - para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo.

II. - Precedentes do STF: MS 20.257/DF, Ministro Moreira Alves (leading case) (RTJ 99/1031); MS 20.452/DF, Ministro Aldir Passarinho (RTJ 116/47); MS 21.642/DF, Ministro Celso de Mello (RDA 191/200); MS 24.645/DF, Ministro Celso de Mello, "D.J." de 15.9.2003; MS 24.593/DF, Ministro Maurício Corrêa, "D.J." de 08.8.2003; MS 24.576/DF, Ministra Ellen Gracie, "D.J." de 12.9.2003; MS 24.356/DF, Ministro Carlos Velloso, "D.J." de 12.9.2003.

III. - Agravo não provido.

(MS 24.667-AgR/DF, Rel. Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, j. 04.12.2003, DJ 23.4.2004)

Impõe-se, assim, reconhecer, no caso, a legitimidade ativa do congressista impetrante, enquanto Deputado Federal no regular exercício do respectivo mandato, para questionar procedimentos praticados no curso da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/2021 que reputa incompatíveis com parâmetros diretamente hauridos da Magna Carta.

Ato da Mesa nº 212/2021. Inadmissibilidade da impugnação de atos normativos em mandado de segurança.

12. O mandado de segurança, individual ou coletivo, pressupõe a indicação de ato concreto, ilegal ou abusivo, suscetível de provocar lesão

MS 38304 MC / DF

ou ameaça de lesão a direito. Incabível, nessa perspectiva, utilizar a ação mandamental como sucedâneo de ação direta de inconstitucionalidade, vale dizer, com a finalidade de deflagrar fiscalização abstrata de validade constitucional de ato normativo revestido de caráter impessoal, geral e abstrato. Nesse sentido, reporto-me à **Súmula 266/STF** (*Não cabe mandado de segurança contra lei em tese*) e aos seguintes precedentes desta Suprema Corte:

“DIREITO PROCESSUAL. AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO CONTRA ATO NORMATIVO DE CARÁTER GERAL E ABSTRATO.

1. A impetração se volta contra ato normativo de caráter geral e abstrato (Decreto nº 7.742/2012), por meio do qual a Presidente da República promoveu alterações na regulamentação do IPI.

2. **Não é cabível mandado de segurança contra lei em tese (Súmula 266/STF), entendida a lei em sentido material, compreendendo qualquer ato normativo de caráter geral e abstrato.**

3. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa de 2 salários mínimos, ficando a interposição de qualquer recurso condicionada ao prévio depósito do referido valor, em caso de decisão unânime (CPC/2015, art. 1.021, §§ 4º e 5º, c/c art. 81, § 2º).”

(MS 31.647-AgR/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, j. 21.8.2017, DJe 28.9.2017)

“MANDADO DE SEGURANÇA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE AGRAVO – RESOLUÇÃO CNJ Nº 80/09 – ATO EM TESE – INVIABILIDADE DA IMPUGNAÇÃO MEDIANTE AÇÃO MANDAMENTAL (SÚMULA 266/STF) – PRECEDENTES – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

– **Não se revelam sindicáveis, pela via jurídico-processual do mandado de segurança, os atos em tese, assim considerados aqueles – como as leis ou os seus equivalentes**

MS 38304 MC / DF

constitucionais – que dispõem sobre situações gerais e impessoais, que têm alcance genérico e que disciplinam hipóteses neles abstratamente previstas. Súmula 266/STF. Precedentes.

– O mandado de segurança não se qualifica como sucedâneo da ação direta de inconstitucionalidade, não podendo ser utilizado, em consequência, como instrumento de controle abstrato da validade constitucional das leis e dos atos normativos em geral. Precedentes.”

(MS 28.293-ED/DF, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, j. 18.12.2013, DJe 30.10.2014)

“AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. EDIÇÃO DE DECRETO PELA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. IMPUGNAÇÃO DE LEI EM TESE, APÓS MAIS DE UM ANO DA PUBLICAÇÃO DO ATO. SÚMULA 266/STF E DESCONSIDERAÇÃO DO PRAZO PARA IMPETRAÇÃO DO ‘WRIT’. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS AO EXAME DA CONTROVÉRSIA.

A impetração se volta contra ato normativo de caráter geral e abstrato, hipótese vedada pela Súmula 266 desta Suprema Corte. Além disso, desconsidera o esgotamento do prazo de 120 dias para a impetração e não se encontra acompanhada de documentos essenciais ao exame da controvérsia, como a cópia do próprio ato impugnado.

Agravo regimental conhecido e não provido.”

(MS 32.920-AgR/DF, de minha relatoria, Tribunal Pleno, j. 06.11.2014, DJe 28.11.2014)

13. No mesmo rumo, reproduzo o magistério de Hely Lopes Meirelles, em obra atualizada por Gilmar Ferreira Mendes e Arnaldo Wald (**Mandado de Segurança e Ações Constitucionais**. 36^a ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2014, pp. 39-40):

“A lei em tese, como norma abstrata de conduta, não é atacável por mandado de segurança (STF, Súmula 266), pela

MS 38304 MC / DF

óbvia razão de que não lesa, por si só, qualquer direito individual. Necessária se torna a conversão da norma abstrata em ato concreto para se expor à impetração, mas nada impede que na sua execução venha a ser declarada inconstitucional pela via do *mandamus*. Somente as *leis e decretos de efeitos concretos* se tornam passíveis de mandado de segurança desde sua publicação, por serem equivalentes a atos administrativos nos resultados imediatos.”

14. Traçadas essas balizas, observo que o Ato da Mesa nº 212/2021, de 03 de novembro de 2021, questionado nesta impetração, ostenta a seguinte redação:

“Art. 1º O Ato da Mesa nº 123, de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 6º (...)

.....

§ 1º O registro biométrico de que trata o *caput* deste artigo será dispensado quando o parlamentar estiver no desempenho de missão autorizada pela Câmara dos Deputados.

§ 2º A Presidência da Câmara dos Deputados comunicará a Secretaria-Geral da Mesa quando as missões forem autorizadas, a fim de que o registro de presença nas sessões ou reuniões e as votações do parlamentar participante sejam liberados no Infoleg’. (NR)

‘Art. 24 (...)

.....

§ 6º A votação de mérito das matérias constantes da ordem do dia das sessões ou da pauta das reuniões poderá ocorrer pelo aplicativo Infoleg quando o parlamentar estiver no desempenho de missão autorizada pela Câmara dos Deputados.’

MS 38304 MC / DF

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.”

15. À luz do estatuído no mencionado Ato da Mesa, concluo que se trata de ato de caráter genérico, uma vez que disciplina **critérios abstratos e impessoais** para operacionalizar o registro biométrico na Casa dos parlamentares que estiverem no desempenho de missão autorizada pela Câmara dos Deputados.

Tenho por inviável, portanto, ao menos em análise compatível com juízo de sumária cognição, a impugnação do mencionado ato normativo, pela via do mandado de segurança, enquanto revestido dos atributos da generalidade e da abstração.

Modalidades e processo de votação na Câmara dos Deputados

16. Afirma o autor que o art. 55, III, da Constituição da República, veicula *comando biunívoco*, pois dispõe, de um lado, que o parlamentar licenciado ou em missão não perderá o mandato e, de outro lado, segunda alega, impede o exercício do ofício legislativo pelo congressista em qualquer das duas circunstâncias (licença ou missão).

A teleologia do art. 55, III, da Carta Política, é impedir que parlamentares licenciados ou em missão autorizada pela respectiva Casa Legislativa sofram efeitos negativos pela ausência **justificada**.

No momento de promulgação da Constituição da República de 1988 jamais se cogitou da possibilidade de exercício da atividade legislativa de modo remoto, tendo em vista que, outro, à época, o estágio do desenvolvimento tecnológico.

Desse modo, a interpretação deduzida teria maior relevância e densidade acaso ainda existente uma realidade puramente analógica. Contudo, até mesmo pelo advento da pandemia decorrente da Covid-19, a tecnologia se faz cada vez mais presente e facilitadora do desenvolvimento regular das atividades do cotidiano.

A pandemia vivenciada impôs a todos, em especial, ao Poder Público, adaptação para o exercício de funções públicas, privadas e

MS 38304 MC / DF

profissionais e a tecnologia constitui importante instrumento para efetivação das mudanças necessárias para manutenção da ordem social.

Nesse contexto, o Poder Judiciário adaptou-se e passou a utilizar com maior intensidade as ferramentas tecnológicas a sua disposição, seja com a expansão do Plenário Virtual, seja com a implementação de Sessões Telepresenciais e o mesmo ocorrendo no âmbito do Poder Legislativo.

Não há, a meu juízo, razões jurídicas aptas a ampararem a ideia de que o parlamentar em licença ou em missão, se, em condições materiais e quiser participar, com autorização da respectiva Casa legislativa, remotamente da Sessão, não possa fazê-lo.

É que, ao contrário do sustentado pelo impetrante, o art. 55, III, da Constituição Federal, **não impede o regular exercício**, caso disponibilizada tal possibilidade pela Casa Congressual concernente, do mandato legislativo pelo parlamentar licenciado ou em missão, com ressalva da hipótese prevista no art. 56, I, da Carta Política,

Na realidade, como já dito, referido dispositivo constitucional (art. 55, III) visa apenas a salvaguardar de eventual perda de mandato aquele que se encontre em qualquer das duas circunstâncias.

Vale dizer, caso o congressista não compareça às sessões ordinárias em razão de licença ou missão autorizada, não perderá o mandato. Por outro lado, o preceito constitucional não veda o exercício do ofício parlamentar em qualquer das duas circunstâncias, salvo, reitero, na hipótese prevista no art. 56, I, da CF. Acaso em licença ou em missão e se permitido por ato da Mesa Legislativa, poderá participar remotamente da respectiva sessão.

A tecnologia deve ser ferramenta aliada.

Se a Casa Legislativa permite a utilização de ferramenta apta para efetiva participação na sessão legislativa de maneira remota, não existem razões para restringir tal possibilidade.

Violação do princípio da isonomia

17. O impetrante alega, ainda, a ocorrência de transgressão ao

MS 38304 MC / DF

princípio da isonomia, considerada a circunstância de apenas os Deputados Federais em missão oficial no exterior terem obtido acesso ao sistema remoto de votação no âmbito da PEC nº 23/2021, não havendo sido estendida tal possibilidade **aos demais parlamentares licenciados por quaisquer outras razões** (como a licença-saúde ou licença-maternidade).

Observo, contudo, que **já não subsiste mais**, no ponto, a situação ensejadora desta impetração, tendo em vista a publicação do **Ato da Mesa nº 215, de 08 de novembro de 2021**, que *Possibilita a parlamentares gestantes ou em condição de saúde que impossibilite o trabalho presencial a requererem a participação em deliberações por meio da SDR*.

A nova sistemática adotada pelo Ato da Mesa nº 215/2021 acolhe, integralmente, a pretensão de acesso de todos os parlamentares licenciados por motivo de saúde ou licença maternidade ao sistema Infoleg de votação remota, permitindo a participação efetiva dos Deputados Federais na votação da PEC nº 23/2021, independentemente dos motivos justificadores da licença parlamentar.

Sendo assim, assento a prejudicialidade deste mandado de segurança no concernente à alegação de violação do princípio da igualdade.

Alegação fundada em suposto abuso de poder e desvio de finalidade

18. O desvio de finalidade consubstancia vício apto a deslegitimar os atos administrativos, mas, a caracterização de tal vício jamais se presume, sendo indispensável a demonstração inequívoca – em se tratando de mandado de segurança por meio de prova documental pré-constituída –, por quem alega, de que, não obstante aparentemente lícito e legal, o ato administrativo praticado persegue fim desarraigado do interesse público.

Desse modo, apesar de a configuração de referido vício recair *sobre um dos elementos constitutivos do ato administrativo, pressupõe a intenção deliberada, por parte do administrador público, de atingir objetivo vedado pela*

MS 38304 MC / DF

ordem jurídica ou divorciado do interesse público (JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO, “Manual de Direito Administrativo”, p. 118/119, item n. 5, 25ª ed., 2012, Atlas), a sua constatação não se presume, sob pena de subversão dos postulados referentes à presunção de legalidade, de veracidade e de legitimidade de que se reveste todo e qualquer ato emanado da Administração Pública (MS 34.609-MC/DF, Rel. Min. Celso de Mello, decisão monocrática, DJe 16.02.2017), motivo pelo qual imprescindível prova documental patente nesse sentido.

Não há, pelo menos em juízo de estrita delibação, qualquer elemento probatório documental que evidencie, sem qualquer dúvida razoável, que o Ato da Mesa nº 212, de 03 de novembro de 2021, tenha sido editado de forma casuística e desvinculado do interesse público.

Como visto, ante a presunção *juris tantum* de legitimidade, de veracidade e de constitucionalidade dos atos administrativos, compete ao impetrante, única e exclusivamente, a comprovação indubitável do desvio de finalidade apontado. Inexistindo prova nesse sentido deve ser mantido o ato administrativo questionado.

A ausência de certeza quanto aos fatos narrados na inicial, aparentemente, leva à iliquidez do direito pleiteado. Nesse sentido, cito precedentes:

“CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. DESAPROPRIAÇÃO. INTERESSE SOCIAL. REFORMA AGRÁRIA. VISTORIA. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. NULIDADE. NÃO CONFIGURADA. ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE. CONTROVÉRSIA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. NECESSIDADE. PRECEDENTES. INOVAÇÃO RECURSAL. INCABÍVEL.

1. Está consolidada a jurisprudência do STF sobre a impossibilidade de discutir em mandado de segurança questões controversas que envolvam fatos e provas, em razão da impossibilidade de dilação probatória.

2. A controvérsia documental posta nos autos em torno do índice de produtividade do imóvel rural basta para descaracterizar a necessária liquidez dos fatos subjacentes ao

MS 38304 MC / DF

direito subjetivo invocado pelos impetrantes, tornando inadequada a via processual do mandado de segurança. Precedentes.

3. Conforme orientação do Supremo Tribunal Federal, eventual nulidade da notificação prévia fica suprida pela inequívoca ciência dela e expressa manifestação do proprietário do imóvel.

4. A falta de participação da esposa do impetrante não prejudica a regularidade do procedimento administrativo. Precedentes.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.”

(MS 24.506-AgR/DF, Rel. Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, j. 25.11.2015, DJe 04.12.2015)

“AGRAVO INTERNO EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. REPASSE DE VERBAS PARA O PAGAMENTO DE BOLSAS DE TUTORIA DO PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO. DOCUMENTOS JUNTADOS COM A INICIAL QUE NÃO DEMONSTRAM OMISSÃO ILEGAL IMPUTÁVEL AO MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. DILAÇÃO PROBATÓRIA QUE NÃO SE HARMONIZA COM O RITO ESPECIAL DA IMPETRAÇÃO. PRECEDENTES.

1. Enquanto remédio constitucional cujo rito especial é inconciliável com a necessidade de dilação probatória, o mandado de segurança não constitui via própria para a solução de controvérsia de natureza fática, como a que emerge do confronto das informações da autoridade impetrada com as alegações dos agravantes. Precedentes desta Suprema Corte.

2. Agravo interno conhecido e não provido, com aplicação, no caso de votação unânime, da penalidade prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil, calculada à razão de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa.”

(RMS 26.435-AgR/DF, de minha relatoria, Primeira Turma, j. 05.8.2020, DJe 13.8.2020)

MS 38304 MC / DF

“RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA – DEMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO – REGULARIDADE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – LIQUIDEZ DOS FATOS – NÃO COMPROVAÇÃO – PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA – AUSÊNCIA – RECURSO IMPROVIDO.

– A disciplina ritual da ação de mandado de segurança não admite dilação probatória. O mandado de segurança qualifica-se, em seus aspectos formais, como verdadeiro processo documental, em que incumbe ao impetrante do “writ” produzir a prova literal pré-constituída pertinente aos fatos subjacentes à pretensão de direito material deduzida.

(RMS 32.664-AgR/DF, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, j. 16.02.2016, DJe 14.3.2016)

Vê-se, portanto, que, em juízo de estrita delibação, o impetrante não se desincumbiu do ônus de demonstrar inequivocamente que o Ato da Mesa nº 212, de 03 de novembro de 2021, incorreu em desvio de finalidade.

Requisitos para análise do presente mandado de segurança

19. Realço, por outro lado, a inviabilidade de deduzir, em mandado de segurança, pretensão voltada ao controle de constitucionalidade, sob o ângulo material, de normas em curso de formação, uma vez que o ordenamento jurídico pátrio não admite a figura do controle preventivo de constitucionalidade por parte do Poder Judiciário. A propósito do tema:

“CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTROLE PREVENTIVO DE CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DE PROJETO DE LEI. INVIABILIDADE.

1. Não se admite, no sistema brasileiro, o controle jurisdicional de constitucionalidade material de projetos de lei (controle preventivo de normas em curso de formação). O

MS 38304 MC / DF

que a jurisprudência do STF tem admitido, como exceção, é “a legitimidade do parlamentar - e somente do parlamentar - para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo” (MS 24.667, Pleno, Min. Carlos Velloso, DJ de 23.04.04). Nessas excepcionais situações, em que o vício de inconstitucionalidade está diretamente relacionado a aspectos formais e procedimentais da atuação legislativa, a impetração de segurança é admissível, segundo a jurisprudência do STF, porque visa a corrigir vício já efetivamente concretizado no próprio curso do processo de formação da norma, antes mesmo e independentemente de sua final aprovação ou não.

2. Sendo inadmissível o controle preventivo da constitucionalidade material das normas em curso de formação, não cabe atribuir a parlamentar, a quem a Constituição nega habilitação para provocar o controle abstrato repressivo, a prerrogativa, sob todos os aspectos mais abrangente e mais eficiente, de provocar esse mesmo controle antecipadamente, por via de mandado de segurança.

3. A prematura intervenção do Judiciário em domínio jurídico e político de formação dos atos normativos em curso no Parlamento, além de universalizar um sistema de controle preventivo não admitido pela Constituição, subtrairia dos outros Poderes da República, sem justificação plausível, a prerrogativa constitucional que detém de debater e aperfeiçoar os projetos, inclusive para sanar seus eventuais vícios de inconstitucionalidade. Quanto mais evidente e grotesca possa ser a inconstitucionalidade material de projetos de leis, menos ainda se deverá duvidar do exercício responsável do papel do Legislativo, de negar-lhe aprovação, e do Executivo, de apor-lhe veto, se for o caso. Partir da suposição contrária significaria menosprezar a seriedade e o senso de responsabilidade desses dois Poderes do Estado. E se, eventualmente, um projeto assim se transformar em lei, sempre

MS 38304 MC / DF

haverá a possibilidade de provocar o controle repressivo pelo Judiciário, para negar-lhe validade, retirando-a do ordenamento jurídico.

4. Mandado de segurança indeferido.”

(MS 32.033/DF, Red. p/ acórdão Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, j. 20.6.2013, DJe 18.02.2014)

20. Restrita análise da pretensão liminar deduzida nesta impetração ao ângulo jurídico-formal dos procedimentos legislativos adotados no curso da tramitação da PEC nº 23/2021, importa enfatizar que, por força do princípio da separação dos Poderes (art. 2º da Magna Carta), o exame da juridicidade de atos parlamentares por parte do Poder Judiciário somente se legitima na hipótese de restar configurada violação direta de parâmetro constitucional.

Conflitos interpretativos que digam respeito a normas regimentais dos corpos legislativos configuram matéria *interna corporis*, insuscetível de revisão por parte do Poder Judiciário, como reafirmou recentemente esta Casa, ao julgamento do RE 1.297.884-RG/DF, de relatoria do Ministro Dias Toffoli, paradigma do Tema 1.120 da repercussão geral, ocasião em que fixada a seguinte tese:

“Em respeito ao princípio da separação dos Poderes, previsto no art. 2º da Constituição Federal, quando não caracterizado o desrespeito às normas constitucionais pertinentes ao processo legislativo, é defeso ao Poder Judiciário exercer o controle jurisdicional em relação à interpretação do sentido e do alcance de normas meramente regimentais das Casas Legislativas, por se tratar de matéria *interna corporis*.”

No mesmo rumo, trago à colação as seguintes ementas, referentes a acórdãos prolatados em mandados de segurança inseridos na competência originária desta Casa:

“AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA.
ATO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

MS 38304 MC / DF

ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ARTIGO 58, §2º, I, DA CF/88. INOCORRÊNCIA. DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. DESPROVIMENTO DO RECURSO APRESENTADO. **MERA APLICAÇÃO DE DISPOSITIVOS REGIMENTAIS DA CASA LEGISLATIVA. ATO INTERNA CORPORIS, NÃO SUJEITO AO CONTROLE JUDICIAL. SEPARAÇÃO DE PODERES. ORDEM DENEGADA. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O Poder Judiciário não possui competência para sindicatar atos das Casas Legislativas que se sustentam, unicamente, na interpretação conferida às normas regimentais internas. Precedentes: MS 25.144 AgR, Relator Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJe 28/2/2018; MS 31.951 AgR, Relator Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 31/8/2016, MS 24.356, Relator Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, DJ 12/9/2003.** 2. In casu, a despeito de o impetrante invocar o art. 58, §2º, I, da CRFB/1988, para amparar seu direito líquido e certo, o ato apontado como coator está baseado na interpretação dos arts. 58, § 3º, e 132, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os quais regulam o procedimento a ser adotado na hipótese de interposição do recurso previsto no supracitado artigo da Constituição. 3. Deveras, com base nessas disposições regimentais e diante da votação plenária pela rejeição dos recursos apresentados pelos ora agravantes, o ato apontado como coator se ateve a determinar o regular prosseguimento da tramitação inicialmente prevista para o Projeto de Lei 1.645, de 2019, o qual foi então enviado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para a confecção da redação final. 4. Consectariamente, inexistente fundamento constitucional sendo violado pelo ato emanado pela Presidência da Casa do Povo, máxime seu alicerce decorrer unicamente da exegese do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, razão pela qual revela a hipótese de ato interna corporis insindicável pelo Poder Judiciário. 5. Agravo interno a que se NEGA PROVIMENTO. (MS 36.817-AgR/DF, Rel. Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, j. 22.5.2020, DJe 07.7.2020)

MS 38304 MC / DF

“CONSTITUCIONAL. AGRAVO INTERNO NO MANDADO DE SEGURANÇA. ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE ATRIBUÍDA AO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. INOCORRÊNCIA. INTERPRETAÇÃO DE NORMAS DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. IMPOSSIBILIDADE. ASSUNTO INTERNA CORPORIS. SEPARAÇÃO DOS PODERES. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Não é possível o controle jurisdicional em relação à interpretação de normas regimentais das Casas Legislativas, sendo vedado ao Poder Judiciário, substituindo-se ao próprio Legislativo, dizer qual o verdadeiro significado da previsão regimental, por tratar-se de assunto interna corporis, sob pena de ostensivo desrespeito à Separação de Poderes, por intromissão política do Judiciário no Legislativo.

2. É pacífica a orientação jurisprudencial desta SUPREMA CORTE no sentido de que, a proteção ao princípio fundamental inserido no art. 2º da CF/1988, segundo o qual, são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, afasta a possibilidade de ingerência do Poder Judiciário nas questões de conflitos de interpretação, aplicação e alcance de normas meramente regimentais.

3. Recurso de agravo a que se nega provimento.”

(MS 36.662-AgR/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, j. 25.10.2019, DJe 07.11.2019)

“Agravo regimental em mandado de segurança. 2. Omissão da Câmara dos Deputados. Não envio de Parecer da CCJ à publicação. 3. **Competência exclusiva da casa legislativa para impulso e elaboração da pauta de suas atividades internas. Ato interna corporis. Não sujeito ao controle judicial. Separação de Poderes. Precedentes.** 4. Ausência de

MS 38304 MC / DF

argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 5. Agravo regimental a que se nega provimento.”

(MS 25.144-AgR/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, j. 07.02.2018, DJe 28.02.2018)

21. À luz dessas premissas, cumpre verificar, em sede de cognição sumária, se estão presentes, de modo concomitante, fundamento relevante e risco à eficácia ulterior de eventual ordem concessiva, requisitos previstos no art. 7º, III, da Lei 12.016/2009.

Ausência de violação direta à Constituição Federal

22. O art. 60 da Magna Carta assim dispõe:

“Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

MS 38304 MC / DF

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.”

23. À luz do referido preceito da Magna Carta, não há dispositivo de extração constitucional imediata que exija a apreciação de proposta de emenda constitucional em comissão, antes da submissão ao Plenário da Casa Legislativa. Tampouco reputo configurada, na Lei Maior, previsão quanto ao quórum de apresentação de **proposição acessória** (emenda parlamentar), veiculada no curso da análise da proposição principal de alteração constitucional, esta jungida aos termos do art. 60, I, II e III, da Constituição da República.

Dessa forma, ainda que acaso verdadeiras as alegações no sentido de que a EMA nº 1, aprovada, em primeiro turno, no curso da tramitação da PEC nº 23/2021, foi diretamente submetida ao Plenário da Câmara dos Deputados, sem antes passar pelo crivo de Comissão Especial instaurada no âmbito daquela Casa, e de que nessa emenda foram fundidos, por transação, elementos constantes de textos de **proposições acessórias** não contempladas com a assinatura ou o apoio de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, a controvérsia, ao menos em juízo de delibação, aparenta estar revestida de índole estritamente regimental, sem balizamento direto na Carta da República, quadro a afastar a possibilidade de revisão pelo Poder Judiciário.

24. A respeito da tramitação da proposição principal de alteração constitucional, os arts. 201 e 202 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados estatuem:

“Art. 201. A Câmara apreciará proposta de emenda à Constituição:

I - apresentada pela terça parte, no mínimo, dos Deputados; pelo Senado Federal; pelo Presidente da República; ou por mais da metade das Assembléias Legislativas,

MS 38304 MC / DF

manifestando-se cada uma pela maioria dos seus membros;

II - desde que não se esteja na vigência de estado de defesa ou de estado de sítio e que não proponha a abolição da Federação, do voto direto, secreto, universal e periódico, da separação dos Poderes e dos direitos e garantias individuais.

Art. 202. A proposta de emenda à Constituição será despachada pelo Presidente da Câmara à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que se pronunciará sobre sua admissibilidade, no prazo de cinco sessões, devolvendo-a à Mesa com o respectivo parecer.

§ 1º Se inadmitida a proposta, poderá o Autor, com o apoio de Líderes que representem, no mínimo, um terço dos Deputados, requerer a apreciação preliminar em Plenário.

§ 2º Admitida a proposta, o Presidente designará Comissão Especial para o exame do mérito da proposição, a qual terá o prazo de quarenta sessões, a partir de sua constituição para proferir parecer.

§ 3º Somente perante a Comissão Especial poderão ser apresentadas emendas, com o mesmo *quorum* mínimo de assinaturas de Deputados e nas condições referidas no inciso II do artigo anterior, nas primeiras dez sessões do prazo que lhe está destinado para emitir parecer.

§ 4º O Relator ou a Comissão, em seu parecer, só poderá oferecer emenda ou substitutivo à proposta nas mesmas condições estabelecidas no inciso II do artigo precedente.

§ 5º Após a publicação do parecer e interstício de duas sessões, a proposta será incluída na Ordem do Dia.

§ 6º A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício de cinco sessões.

§ 7º Será aprovada a proposta que obtiver, em ambos os turnos, três quintos dos votos dos membros da Câmara dos Deputados, em votação nominal.

§ 8º Aplicam-se à proposta de emenda à Constituição, no que não colidir com o estatuído neste artigo, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.”

MS 38304 MC / DF

25. Observa-se que o § 4º do art. 202 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados abre margem interpretativa para o oferecimento, por parte do Relator ou da Comissão Especial, de emenda ou substitutivo – proposição acessória – à proposição principal de emenda constitucional, sem o quórum mínimo de um terço dos Deputados Federais, limitando-se a exigir o cumprimento das condições estipuladas no art. 201, II, daquele Regimento Interno (*desde que não se esteja na vigência de estado de defesa ou de estado de sítio e que não proponha a abolição da Federação, do voto direto, secreto, universal e periódico, da separação dos Poderes e dos direitos e garantias individuais*).

26. A respeito das emendas parlamentares, **proposições legislativas de natureza acessória**, o art. 118 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados estabelece:

“Art. 118. **Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra**, sendo a principal qualquer uma dentre as referidas nas alíneas *a* e *e* do inciso I do art. 138.

§ 1º As emendas são supressivas, aglutinativas, substitutivas, modificativas ou aditivas.

§ 2º Emenda supressiva é a que manda erradicar qualquer parte de outra proposição.

§ 3º Emenda aglutinativa é a que resulta da fusão de outras emendas, ou destas com o texto, por transação tendente à aproximação dos respectivos objetos.

§ 4º **Emenda substitutiva é a apresentada como sucedânea a parte de outra proposição, denominando-se "substitutivo" quando a alterar, substancial ou formalmente, em seu conjunto; considera-se formal a alteração que vise exclusivamente ao aperfeiçoamento da técnica legislativa.**

§ 5º Emenda modificativa é a que altera a proposição sem a modificar substancialmente.

§ 6º Emenda aditiva é a que se acrescenta a outra proposição.

§ 7º Denomina-se subemenda a emenda apresentada em

MS 38304 MC / DF

Comissão a outra emenda e que pode ser, por sua vez, supressiva, substitutiva ou aditiva, desde que não incida, a supressiva, sobre emenda com a mesma finalidade.

§ 8º Denomina-se emenda de redação a modificativa que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto.”

27. Por sua vez, o art. 120 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados disciplina a apresentação de emendas de Plenário, em primeiro turno, nos termos adiante transcritos:

“Art. 120. As emendas de Plenário serão apresentadas:

I - durante a discussão em apreciação preliminar, turno único ou primeiro turno: por qualquer Deputado ou Comissão;”

28. Em relação às emendas aglutinativas, o *caput* do art. 122 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados preconiza:

“Art. 122. As emendas aglutinativas podem ser apresentadas em Plenário, para apreciação em turno único, por ocasião da votação da parte da proposição ou do dispositivo a que elas se refiram, por Líderes que representem a maioria absoluta dos membros da Casa.”

29. Em resumo, como a Constituição da República nada disciplina, diretamente, sobre a oportunidade e os requisitos de apresentação de proposições acessórias à proposição principal de alteração constitucional, estando o assunto tratado em preceitos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a matéria, ao menos em sede de cognição sumária, aparenta estar enquadrada na categoria de ato *interna corporis*, cenário a circunscrever a resolução de eventual controvérsia interpretativa ao âmbito daquela Casa.

30. Não antevejo, ademais, ao menos por ora, risco de ineficácia de eventual ordem concessiva futura, uma vez que, mesmo se aprovada em

MS 38304 MC / DF

segundo turno, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição nº 23/2021 não será imediatamente promulgada, devendo, antes, ser enviada a mencionada proposição normativa para análise do Senado Federal.

Conclusão

31. Ante o exposto, indefiro o pedido de medida liminar, sem prejuízo de exame mais acurado em momento oportuno.

32. Notifiquem-se as autoridades impetradas, para que prestem informações no prazo de dez dias (art. 7º, I, da Lei 12.016/2009).

33. Após, ouça-se o Ministério Público (art. 12 da Lei 12.016/2009).

34. Publique-se.

35. Comunique-se, transmitindo-se cópia da presente decisão às autoridades impetradas.

Brasília, 08 de novembro de 2021.

Ministra Rosa Weber

Relatora